

Falta de acordo impede que questão do subsolo seja votada

BRASÍLIA — A falta de um acordo entre o Centrão e a Liderança do PMDB em torno da inclusão, na nova Constituição, dos recursos minerais e do subsolo como bens da União paralisou ontem os trabalhos do plenário. A sessão foi interrompida porque quase todos os centristas se retiraram e hoje deverá ser retomada a votação do assunto.

O Centrão determinou a saída de seus integrantes ao constatar que não havia acordo e que os Constituintes ligados à Liderança do PMDB e os da esquerda votariam contra sua emenda substitutiva ao Capítulo II do Título III. Como havia pouco mais de 300 parlamentares no plenário, os centristas alertaram para o perigo de um "buraco negro" e exigiram mais 24 horas para negociações. Quando a matéria — a primeira do dia — foi votada, não havia o quorum mínimo de 280 votos para tornar válida a votação: 221 Constituintes votaram contra, 16 a favor e 13 se abstiveram.

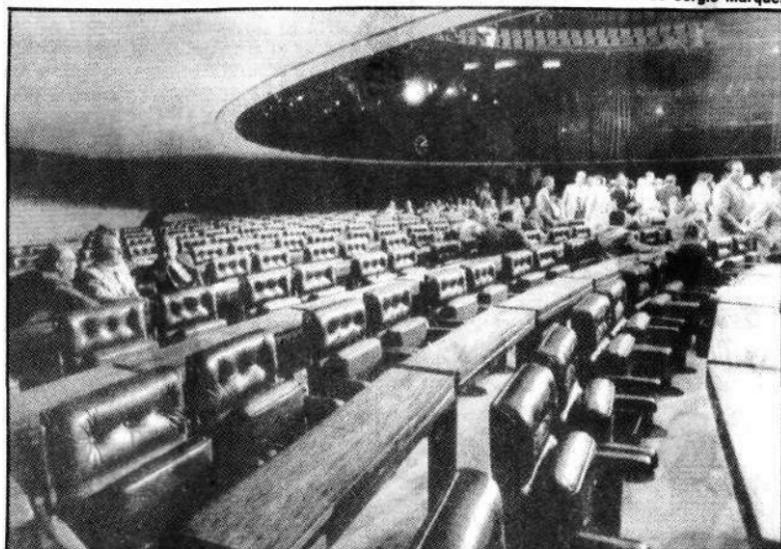
Os líderes dos dois principais grupos em disputa no plenário chegaram à sessão avisando que não houvesse acordo e explicando, cada um, sua estratégia. O líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), afirmou que, na falta de entendimento sobre a propriedade do subsolo e dos recursos minerais, seu grupo votaria contra o texto do Centrão referente ao Capítulo, na tentativa de aprovar em seguida o da Comissão de Sistematização.

— Não há crime em não se fazer um acordo — disse Covas.

Emenda do regime misto será mesmo apresentada

BRASÍLIA — Os presidencialistas fizeram ontem uma análise das propostas que estabelecem a manutenção do atual sistema de governo e concluíram que a emenda de fusão, a ser redigida ainda hoje, deve incluir a figura do Primeiro-Ministro, a ser nomeado pelo Presidente da República, a quem caberá as funções de Chefe de Estado e de Governo.

O Deputado Milton Reis informou que a inclusão do Primeiro-Ministro na emenda de fusão já tem o consenso do grupo que está à frente das articulações para manter o presidencialismo, formado pelos Senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Marco Maciel (PFL-PE) e pelos Deputados Adolfo Oliveira (PL-RJ) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Segundo Milton Reis, o Primeiro-Ministro seria uma espécie de auxiliar do Presidente da República e, caso o Congresso aprove uma moção de censura, a mesma não implicaria queda de todo o Ministério.



O plenário vazio da Constituinte, após saída dos parlamentares do Centrão

Um dos líderes do Centrão, o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), disse que seu grupo preferia continuar o processo das negociações para que fosse tentado um acordo. afirmou que a falta de quorum em plenário pode ser um recurso regimental para acelerar a votação.

— Nenhum Constituinte do Centrão deseja procrastinar, mas este Capítulo envolve uma questão fundamental para a economia do País — afirmou Fiúza.

Colocada a emenda em votação, ficaram em plenário os peemedebistas seguidores de Covas e os represen-

tantes dos partidos de esquerda, além de poucos centristas que se rebelaram contra a orientação de suas lideranças. Foi o que fizeram, por exemplo, as Deputadas Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) e Raquel Cândido (PFL-RO), que foram ao microfone protestar.

— Nós Constituintes somos dotados de um cérebro e não vamos usá-lo em favor de outros — disse Tutu Quadros.

Raquel acrescentou:

— Não é possível sofrermos esta pressão das lideranças para nos ausentarmos.

Sistema de governo: grupos desistem da negociação

BRASÍLIA — Presidencialistas e parlamentaristas estão dispostos a ir para o confronto em plenário na próxima semana, quando a Assembleia Nacional Constituinte votará o sistema de Governo. Os dois grupos passaram a tarde de ontem anunciando vitória certa, enquanto os que apostam numa solução intermediária — o híbrido entre os dois sistemas — consideravam a possibilidade de, mais uma vez, como no Direito de Propriedade, a Constituinte deparar-se com o "buraco negro", obrigando a um entendimento.

— Não existe acordo, vamos para o

voto — dizia ao final da tarde o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), ao deixar a reunião dos parlamentaristas. Ele estava certo de que só o temor exacerbado de um confronto com o Executivo e com candidatos presidencialistas à sucessão do Presidente Sarney podem impedir a vitória do seu grupo.

Ao sair da reunião dos presidencialistas, o Secretário Geral do PMDB, Milton Reis (MG), usava praticamente os mesmos termos para assegurar a vitória da emenda que vai fundir oito propostas de modo a manter o presidencialismo. Pelas

Impasse surgiu com o recuo do Centrão

BRASÍLIA — O PMDB e o Centrão estiveram próximos a um acordo sobre a propriedade do subsolo. O entendimento chegou a ser comunicado ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, pelos líderes dos dois grupos. Pela manhã, o Centrão havia concordado com uma fórmula que garantia que as concessões para exploração de jazidas minerais não ficariam prejudicadas por constituir o subsolo um bem da União. Mas a maioria dos integrantes do Centrão não concordou com a solução dada ao impasse e evitou o acordo.

O impasse reside na inclusão dos recursos minerais como bens da União, conforme o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização, com o apoio do PMDB e dos partidos de esquerda. O Centrão entende que dessa maneira somente a União poderá explorar os minérios. Para o grupo, o texto afirma que o subsolo pertence à União e deve ser acrescentado um parágrafo que possibilite a concessão para o minério ser explorado. Além disso, quer assegurar à concessionária a propriedade do produto extraído, que seria incorporado ao patrimônio da empresa.

Encerrada a reunião, os diversos grupos tiveram encontros isolados, para tentar uma proposta que atenda às reivindicações das duas partes, embora Mário Covas e Ricardo Fiúza não estivessem muito otimistas.

Ulysses insiste para que parlamentares não se ausentem

BRASÍLIA — O encerramento da sessão de ontem, por falta de quorum, levou o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a reiterar o apelo para que os parlamentares compareçam ao plenário. Ele gravou mensagem, veiculada pelo "Diário da Constituinte" e "A Voz do Brasil", na qual pede a presença dos faltosos nas sessões de hoje e de amanhã e lembra que eles foram eleitos para "constituir a Constituição do Brasil", não podendo, portanto, permanecerem alheios às votações.

— Não fiquem em casa. Fiquem com a Nação, com o Brasil. É o apelo que faço — frisou.

Antes de encerrar a sessão, Ulysses se comprometeu a estudar as propostas de medidas contra os ausentes, recebidas pela Mesa.

O Deputado Paulo Delgado (PT-MG), um dos Constituintes que mais insistem na punição aos faltosos e autor de três projetos de resolução já publicados, propôs novamente a perda do mandato do parlamentar que se ausentar em um terço das sessões sem justificativa, como determina a Constituição em vigor.

— A solução está nesta Constituição que Vossa Excelência disse ter sido escrita por três patetas — afirmou Delgado.

O Deputado Gérson Peres (PDS-PA) pediu que Ulysses cancelasse as convocações para hoje e amanhã, já que a falta de quorum era iminente. O tempo perdido seria recuperado com votações de manhã, à tarde e à noite durante os dias úteis.

— Estamos sendo desmoralizados por essas ausências — afirmou Gérson.

Ulysses respondeu:

— De forma alguma, jamais seremos desmoralizados por aqueles que não comparecem.

Gérson reforçou o argumento pela liberação do fim de semana, dizendo que "até Deus se preocupou com os dias de descanso".

O Presidente da Constituinte contestou:

— Vossa Excelência quer chamar Deus de preguiçoso, mas ele trabalhou muito, independentemente dos dias da semana.

O Deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) apresentou projeto de resolução propondo que os Constituintes ausentes sejam substituídos pelos suplentes. A iniciativa foi defendida pelo Deputado Otávio Elísio (PMDB-MG), que também pediu a divulgação ampla dos nomes dos faltosos, inclusive através do "Diário da Constituinte".

Elísio também propôs a adoção de medidas regimentais contra aqueles que recomendam a saída do plenário, inviabilizando as votações, pois 330 Deputados estavam ontem registrados nas listas de presença feitas nas entradas da Câmara. Ele citou nominalmente o líder do PTB, Deputado Gastone Righi (SP), que, minutos antes, havia recomendado a saída de sua bancada para evitar a votação do Artigo 22, que define o subsolo e as jazidas minerais como bens da União.

Arbage pedirá nova apuração da fraude

BRASÍLIA — O Corregedor da Constituinte, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), vai requerer, segunda-feira, que uma nova comissão de sindicância que apurará quem votou, dia 9 do mês passado, pelo Deputado Sarney Filho (PFL-MA) — ele se encontrava no Maranhão —, solicite a pericia da foto para identificar quem estava sentado na poltrona 507, onde se deu a fraude. O parlamentar que estava sentado nessa poltrona foi fotografado de costas.

As suspeitas recaem sobre o Senador Edison Lobão (PFL-MA), amigo de Sarney Filho. Dois Deputados, o líder do PDT Brandão Monteiro (RJ) e José Tavares (PMDB-PR) não tiveram dúvidas em reconhecer Lobão na foto. Tavares, que durante dez anos foi Delegado de Polícia no Paraná, chegou a encaminhar ao Corregedor requerimento com 182 assinaturas pedindo o prosseguimento das investigações. Segundo ele, a comissão encarregada do caso se precipitara ao concluir o trabalho sem apontar o responsável pela fraude.

— Eu não posso pegar um requerimento destes, assinado por quase um terço da Constituinte, e engave-



Jorge Arbage: pedido de pericia

ta-lo — obsejou Arbage, ressaltando que ainda não estudara o documento.

Ontem, a Mesa da Câmara deveria se reunir para analisar, entre outros assuntos, a conclusão da primeira comissão de sindicância, presidida pelo Senador Virgílio Távora (PDS-CE), que não levou a apuração até o fim. O Presidente da Mesa e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, alegando a inexistência de uma pauta, cancelou a reunião.